

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ENSINO
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM FORMAÇÃO DOCENTE E
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**



AMANDA SILVA CARDOSO

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A PRÁTICA DOCENTE NA EJA

AMANDA SILVA CARDOSO

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A PRÁTICA DOCENTE NA EJA

Artigo apresentado ao curso de Pós Graduação Lato Sensu em Formação Docente e Práticas Pedagógicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – campus Jequié, para fim avaliativo do Componente Curricular “Trabalho de Conclusão de Curso”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Formação Docente e Práticas Pedagógicas.

Orientador: Professor Ms. André Luís da Silva Santos

Jequié

2021

AMANDA SILVA CARDOSO

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A PRÁTICA DOCENTE NA EJA

Artigo apresentado ao curso de Pós Graduação Lato Sensu em Formação Docente e Práticas Pedagógicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – campus Jequié, para fim avaliativo do Componente Curricular “Trabalho de Conclusão de Curso”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Formação Docente e Práticas Pedagógicas.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Docente Ms. André Luís da Silva Santos – orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- campus Jequié

Docente Dr.^a Elane Nardotto Rios
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- campus Jequié-IFBA

Docente Ms. Verena Santos Andrade Ferreira -
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- campus Jequié-IFBA

Dedico este trabalho ao meu pai, Arivaldo Cardoso, por acreditar em mim e na profissão que escolhi. Lá do céu, sei que ele continua torcendo por mim. Também agradeço a minha mãe, Maria Lima, por estar sempre comigo e ter orgulho da profissão que escolhi para trilhar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meus Deus, por me dar forças para continuar trilhando o caminho do saber.

À Professora Dr.^a Elane Nardotto, pela competência, paciência e dinamismo na coordenação do curso e por contribuir brilhantemente em meu processo de formação.

Ao Professor Ms. André Luís da Silva Santos, pela formidável orientação, pois sem a sua contribuição pedagógica, eu não teria produzido este trabalho.

Aos meus brilhantes colegas de turma que tornaram esse curso ainda mais rico e agradável: aprendi muito com vocês.

A todos vocês, deixo os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Este artigo versa sobre a formação dos professores para atuarem na Educação de Jovens e Adultos e nas dificuldades encontradas pelos estudantes que buscam uma educação de qualidade e a efetivação do direito a uma vida mais igualitária. Inicialmente, a pesquisa será realizada a partir da análise de artigos e textos teóricos, os quais trabalham com a formação de professores atuantes na EJA. Entende-se que a preocupação com a formação específica para o professor que trabalha na EJA é muito significativa, pois este público exige, do docente, atenção e conhecimentos mais específicos. Antes do conhecimento teórico, o professor precisa ter formação humana e grande sensibilidade para estar em uma sala da EJA, uma vez que trabalhar com o público da Educação de Jovens e Adultos é estar com os oprimidos da sociedade, é partilhar com pessoas que acham que não podem mudar a realidade na qual estão inseridos.

Palavras chave: Educação de Jovens e Adultos. Formação de professores. Educação.

ABSTRACT

Abstract: This article deals with the training of teachers to work in Youth and Adult Education and the difficulties encountered by students who seek quality education to be entitled to a more equal life. The research will be carried out from the analysis of articles and theoretical texts that work with the training of teachers who work with EJA. The concern with specific training for teachers who work at EJA is very significant, as the public demands a lot of attention and a lot of knowledge from the teacher. Before theoretical knowledge, the teacher needs to have a human education and a great sensitivity to be in an EJA room because working with the Public of Education for Youth and Adults is working with the oppressed of society, it is working with people who think they are not can change the reality they are inserted in.

Keywords: Youth and Adult Education, Teacher Education and Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
4. RETRATO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A REALIDADE DA EJA.....	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 1978, p. 39)

Este trabalho pretende pensar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no que tange à ideia de que o professor precisa ter uma formação específica para trabalhar com os estudantes que estão matriculados na EJA. A maioria dos grandes teóricos sempre foca na aprendizagem do estudante, que, de fato, é a essência do objetivo educacional. No entanto, como estão acontecendo esses saberes em sala de aula? O teórico Paulo Freire traz a seguinte ideia a respeito do docente e do discente:

“Quanto mais analisamos as relações educador-educandos, na escola, em qualquer de seus níveis, (ou fora dela), parece que mais nos podemos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante – o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras.” (FREIRE, 1978, p. 33)

Nesse sentido, o professor não pode ser simplesmente um narrador, ele precisa estar aberto para aprender juntamente com seu estudante, para que possa haver uma troca de saberes significativa e para que haja uma mudança positiva na vida deste educando. O professor jamais pode assumir a posição de opressor, pois já existem muitos grupos que oprimem há décadas as pessoas que estão à margem da sociedade.

É perfeito o pensamento de Paulo Freire, mas aqui pretendemos pensar de forma mais ampla a respeito do professor e sua formação. Será que os professores que atuam no ensino fundamental, médio e técnico estão, de fato, aptos a atuarem com o ensino da EJA? Esse assunto é de extrema importância a ser refletido. De acordo com as minhas experiências com o público supracitado e a partir de buscas a respeito da formação de professores, são poucos os conteúdos e as teorias a respeito do tema.

Enquanto professora da área de linguagem, já atuei em todos os seguimentos (anos) do ensino fundamental na EJA e nunca me foi cobrado uma formação específica e sei que sempre houve essa necessidade. Segundo dados do INEP, de 2003, apenas 16 cursos de Pedagogia no Brasil oferecem habilitação em EJA. A partir dessa informação, é possível perceber como a formação específica para os professores da EJA segue em defasagem.

É sabido que a EJA no Brasil se iniciou com a chegada dos Jesuítas, seja na catequização seja no ensino para crianças e adultos indígenas. Conforme Strelhow (2010), após a saída dos jesuítas do solo brasileiro e a chegada da família real, a educação de jovens e adultos acaba se

extinguindo e só é retomada a partir da década de 1930. Foram aproximadamente quinhentos anos de negação do direito dos jovens e adultos que, ao longo da vida, não conseguiram realizar os estudos ou precisaram interromper por inúmeras razões (trabalho, gravidez, problemas de saúde, acesso à escola etc.).

Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos começa, efetivamente, a se destacar em 1934, quando o governo cria o Plano Nacional de Educação que estabeleceu como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória para os adultos como direito previsto pela Constituição (FRIEDRICH et.al, 2010).

Podemos afirmar, com efeito, que a existência da EJA é uma realidade educacional há mais de 500 anos, porque os indígenas já assistiam aulas com os padres Jesuitas. Durante a estadia dos padres Jesuitas no Brasil, eles formaram um plano de estudos cujo nome era Ratio Studiorum¹ e atendia da seguinte forma:

(...) diversificada, com o objetivo de atender à diversidade de interesses e de capacidades. Começando pelo aprendizado do português, incluía o ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever. Daí em diante, continua, em caráter opcional, o ensino de canto orfeônico e de música instrumental, e uma bifurcação tendo em um dos lados, o aprendizado profissional e agrícola e, de outro, aula de gramática e viagem de estudos à Europa. (RIBEIRO, 1998, p. 21-22)

Em diálogo, a EJA foi regulamentada na década de trinta e de lá até o presente já se vão cerca de 90 anos. É possível perceber, então, que é uma modalidade de educação consistente, mas, na maioria das vezes, ela e seu público parecem negligenciados.

Será que a Educação de Jovens e Adultos é sempre “deixada de lado” porque o seu público é composto, sobretudo, por trabalhadores, pobres, negros, desempregados, donas de casa e, por fim, oprimidos, que veem na educação uma oportunidade de ter a sua vida transformada para melhor? De acordo com Arroyo (2008), “A história oficial da EJA se confunde com a história do lugar social reservado aos setores populares”.

Então, qual é o objetivo da formação específica para os professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos? Essa formação específica vai contribuir com a formação do sujeito participante desse seguimento? O processo de alfabetização do adulto é igual ao das crianças? Essas e tantas outras perguntas surgem quando se pensa na formação do professor que atua na EJA.

Pimenta (1995) nos traz a reflexão acerca da atividade prática do professor:

A essência da atividade (prática) do professor é o ensino-aprendizagem. Ou seja, é o conhecimento técnico prático de como garantir que a aprendizagem se realize em sequência da atividade de ensinar. Envolve, portanto, o conhecimento do objetivo, o estabelecimento de finalidades e a intervenção no objeto para que a realidade seja

transformada enquanto realidade social. Isto é, aprendizagem precisa ser compreendida enquanto determinada por uma realidade histórico-social. (PIMENTA, 1995, p. 61)

A partir dessa reflexão, Pimenta (1995) nos mostra que o professor precisa ter o conhecimento “técnica e prático” para garantir que haja aprendizagem em sala de aula. Esse conhecimento adquirido pelo professor precisa ser específico e consistente, para alcançar os objetivos curriculares e de aprendizagem do estudante. Portanto, a formação é essencial na vida do profissional de educação.

Buscando mais informações a respeito da formação docente, esse conteúdo foi encontrado em algumas obras, principalmente do professor e pesquisador Miguel Arroyo. Ele trata, em seus livros, desse olhar mais próximo do professor que atua na EJA; há algumas entrevistas muito esclarecedoras a respeito da temática e há poucos professores que pesquisam especificamente não apenas os estudantes, mas os docentes.

Hodiernamente, seria difícil calcular o número de trabalhos voltados para a aprendizagem do estudante adulto; seria mais difícil fazer esta estatística que fala essencialmente da formação do professor da EJA. Logo, esse trabalho tem como objetivo pensar na formação de professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa será realizada a partir da análise de artigos e textos teóricos que discutem a formação dos professores que trabalham com a EJA.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a pesquisa, os fundamentos que tecem esse artigo contam com autores, tais como: Pimenta (1995), Arroyo (2008), Silva (2010), Capucho (2012), Freire (1987), entre outros.

Entendemos que para a Educação de Jovens e Adultos acontecer, há toda uma logística especial pensada para a formação do sujeito que está inserido na escola. Sabemos que a maioria dos estudantes que encontram-se matriculados na modalidade EJA são pessoas oprimidas e que não puderam continuar a estudar na modalidade do ensino regular. Os educandos geralmente têm uma realidade de vida difícil e que muitas vezes veem na EJA uma possibilidade de resgatar o tempo de estudos que não puderam usufruir. Arroyo (2001) apresenta este perfil do estudante da EJA:

A EJA tem como sujeito as camadas rurais, os camponeses excluídos da terra e as camadas urbanas marginalizadas, excluídas dos espaços, dos bens das cidades. Essa realidade de opressão e de exclusão e os saberes e as pedagogias dos oprimidos passaram a ser os conteúdos, conhecimentos e saberes sociais trabalhados nas

experiências de EJA. A educação popular e de jovens e adultos reflete os movimentos populares e cultural da época. (ARROYO, 2001, p. 18-19)

Com essa colocação do Arroyo, podemos perceber que essa Educação de Jovens e Adultos é diferenciada, porquanto o público traz uma grande complexidade e necessidade de se desenvolver intelectualmente e como cidadão, dentro da sociedade opressora e desigual. Então, mais uma vez, vejo que a formação específica do professor que trabalha na EJA se faz necessária. E isso reflete diretamente na aprendizagem dos estudantes e, frequentemente, gera desmotivação por parte dos educandos que, às vezes, são tratados como crianças durante o percurso educacional. Na concepção de Capucho (2012):

O pensar na formação de professores(as) para atuação no âmbito da EJA, refletimos sobre a possibilidades de uma prática pedagógica efetivada no marco da Educação em Direitos Humanos, pois apesar dos avanços na legislação internacional e nacional, há uma grande distância entre os direitos positivados e a realidade concreta das violações dos direitos humanos. (CAPUCHO, 2012, p. 63)

Com efeito, para os educandos da EJA, o acesso a uma educação de qualidade é, na verdade, uma condição para o seu empoderamento pessoal, financeiro, social e político, para que possam fazer acontecer os seus direitos e deveres dentro da sociedade brasileira.

Outrossim, esses educandos são um público que merece uma educação de qualidade, respeito e valorização. Por intermédio da EJA, o sujeito tem a possibilidade de escrever a sua história de uma forma diferente; tem a possibilidade de escolher uma profissão e ampliar o seu conhecimento de mundo. Os idosos que são alfabetizados no Ensino de Jovens e Adultos têm a certeza que não serão mais enganados nas contas, vão conseguir ler os livros, a bíblia, os jornais etc.

Outro ponto diferenciado da EJA é onde acontecem as aulas. No ensino regular, as crianças e jovens assistem as suas aulas nos espaços escolares, seja eles com uma boa estrutura ou com uma estrutura precária. Os estudantes da EJA, em contrapartida, nem sempre têm essa oportunidade. As aulas acontecem em espaços escolares, templos religiosos, empresas, penitenciárias, assentamentos e muitos outros espaços. Segundo Capucho (2012, p. 65), “A educação de Joven e Adulto, diferente da educação de crianças e adolentes, efetiva-se em diferentes espaços/tempos. Os cenários são muitos e a maioria precários [...]”. Então, podemos perceber o quanto essa modalidade educacional é precarizada. Se nessa realidade de espaço escolar não é fácil para o estudante, imagina-se a dificuldade para os professores que precisam ministrar aulas em espaços improvisados. Esse é mais um motivo para os cursos de licenciatura

terem uma disciplina voltada ao ensino de EJA. Assim, haveria a possibilidade de os docentes se prepararem e se reinventarem para atuar com o público adulto nos mais diversos espaços.

Para Capucho (2012), a modalidade EJA destaca-se pela diversidade de contextos para que haja desenvolvimento da prática pedagógica e deve atender a pluralidade dos sujeitos em processo de formação educacional e humana. Ainda falando de Capucho (2012):

{...} um olhar diferenciado para a necessidade de aprendizagem dos diferentes públicos presentes em uma sala de aula, formulação de propostas de políticas pedagógicas flexíveis aos diferentes contextos nos quais se efetiva a prática, domínio de temas emergentes, pertinentes às necessidades dos(as) estudantes e de suas comunidades, bem como domínio dos conteúdos de área e metodologia adequadas às diferentes faixas etárias que a EJA engloba. (CAPUCHO, 2012, p. 63)

A autora traz uma reflexão clara do que é necessário para o professor de EJA dominar o conteúdo durante o seu processo de ensino. É uma complexidade muito grande, pois além do conteúdo, a metodologia precisa atender à realidade dos estudantes. Uma outra discussão importante a ser feita diz respeito sobre o uso das tecnologias da educação para a EJA, geralmente muito escassas, até porque os espaços onde acontecem as aulas, muitas vezes, não comportam uma estrutura tecnológica, como: sala de informática, projeção multimídia e outros. Esse problema não é apenas da EJA, mas também da maioria das escolas municipais inseridas no trabalho com o ensino regular.

Durante a pandemia, as novas tecnologias foram essenciais para o ensino acontecer. Entretanto, essa modalidade de ensino remoto aconteceu nas instituições particulares que atendem à educação básica e nas universidades públicas e privadas. No estado da Bahia, as aulas remotas não aconteceram nas escolas estaduais e municipais durante o ano de 2020 para o ensino regular e EJA. Então, tivemos milhares de estudantes desassistidos em 2020. Nesse contexto, a preocupação com esse tempo sem aulas é o público da EJA, pois muitos provavelmente não retornarão às aulas em 2021 e, mais uma vez, a evasão na Educação de Jovens e Adultos será significativa.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicou dados da EJA de 2019, os quais mostram que houve uma queda de 7,7% no número de matrículas dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos. “A redução de matrículas ocorre de forma similar no nível fundamental (8,1%) e no ensino médio (7,1%)”, conforme o Inep (2019). Esses dados eram preocupantes antes da pandemia, agora, após a longa pausa no contexto escolar, são mais preocupantes ainda, posto que muitos educandos não deverão voltar à atividade escolar por diversos motivos. Um deles será o receio da contaminação e outros não

vão se sentir motivados a retomar às aulas, porque a rotina de estudos foi quebrada há cerca de um ano.

Para todos os seguimentos educacionais foi difícil ficar sem as aulas, mas para a EJA, mais difícil ainda. De acordo com os dados do Inep, era significativa a baixa nas matrículas, e esses números de matrículas podem sofrer uma queda maior. Neste ano, muitos estudantes da EJA devem optar pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

“O Exame tem quatro aplicações, com editais e cronogramas distintos: Encceja Nacional para residentes no Brasil; Encceja Nacional PPL, para residentes no Brasil privados de liberdade ou que cumprem medidas socioeducativas; Encceja Exterior, para brasileiros residentes no exterior; e Encceja Exterior PPL, para residentes no exterior privados de liberdade ou que cumprem medidas socioeducativas” (Inep, 2002).

O Encceja é um exame amplo que atende jovens e adultos em várias particularidades. O candidato estuda e na data marcada vai realizar os exames. Portanto, esse exame acaba se tornando mais rápido para concluir o ensino fundamental e médio. Por outro lado, não há aulas para “tirar dúvidas” e o candidato deve estudar sozinho seguindo o edital publicado a cada ano. É uma possibilidade para o estudante concluir o ensino fundamental e médio de uma forma mais rápida.

Na modalidade EJA, também existe o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). De acordo com o MEC, o Proeja oferece a educação profissional técnica de nível médio. Esse programa está vinculado aos Institutos Federais de Educação. É mais uma possibilidade para o estudante de EJA seguir os estudos e sair do ensino médio com uma formação específica. Nessa modalidade de ensino, os professores recebem a formação específica para atender aos estudantes do Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que tem o objetivo de ofertar a educação básica juntamente com a educação profissional) ou mais uma vez os professores são do ensino regular? É sabido que todos os programas e modalidades da EJA são muito importantes e essenciais para atender à demanda do referido público. No entanto, é necessário pensar nos profissionais da educação que trabalham com estes estudantes.

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, tornam-se sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, necessita-se de estar sendo com as liberdades e não contra elas. (FREIRE, 1978. p.39)

Nessa conjuntura, para o professor ser “libertador”, ele precisa estar aberto para aprender juntamente com o seu educando. É uma via de mão dupla, onde a troca de conhecimento precisa estar presente na escola e no ambiente escolar como um todo, pois é de bom tom lembrar que o professor não é apenas um narrador em sala de aula. E para que haja esse dialogo aberto nos ambientes onde está o público da EJA, o professor precisa estar devidamente capacitado e aberto para fazer um trabalho integrador e libertador.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os recursos metodológicos para realização desse estudo são de caráter qualitativo (busca a qualidade no âmbito intrínseco da investigação), mediante a natureza bibliográfica (a pesquisa bibliográfica busca fazer uma revisão bibliográfica ou de literatura para adquirir os dados de pesquisa). A investigação recorre a textos já publicados para realizar a análise. Nesse sentido, Hancock afirma que:

[...] a pesquisa qualitativa está relacionada a achar as respostas a perguntas com as quais começam: por quê? como? de que modo? Por outro lado, a pesquisa quantitativa está mais preocupada com perguntas aproximadamente: quanto? quando? com que frequência? até que ponto?.(HANCOCK, 2002. P.2)

Este trabalho teve por objetivo discutir a formação para professores que trabalham com EJA, a partir da análise dos artigos científicos: “O Educador de Jovens e Adultos e sua Formação”, de Leôncio Soares; “Formação de Professores e Educação de Jovens e Adultos: o formal e o real nas licenciaturas”, de Jaqueline Ventura e Maria Ines Bomfim; “Formação de Professores e Prática Docente na EJA: saberes conceituais, metodológicos e políticos”, de Ferdinando Santos de Melo; e “Formação de educadores de EJA: caminhos inovadores da prática docente”, dos autores Antonio Amorim e Maria Luiza Ferreira Duques. Esses textos foram escolhidos porque trabalham com a importância da formação de professores em perspectivas diferentes, e isso colaborou de maneira muito positiva para a pesquisa. Eles falam a respeito da formação de professores desde a universidade até a educação básica e como deveria ser a trajetória do profissional que trabalha em EJA. Dos poucos textos que discutem a formação do professor, em especial aqueles que pretendem atuar no seguimento EJA, muito escassos, esses artigos pré-selecionados foram os que mais se encaixaram no perfil da pesquisa desenvolvida.

São escassos os textos científicos que falam a respeito da formação de professores da EJA e refletem sobre a aprendizagem do estudante e suas dificuldades para permanência na modalidade EJA. Para trabalhar com a perspectiva dos estudantes, existem maiores

possibilidades literárias para pesquisar. Por esse motivo, foi escolhida como foco principal a formação de professores, por ser uma literatura mais escassa e essencial para os professores em formação.

Ato contínuo, essa pesquisa teve um caráter exploratório e buscou explorar mais a respeito da formação de professores nos textos pré-selecionados e responder às perguntas: qual é o objetivo da formação específica para os professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos? Essa formação específica vai contribuir com a formação do sujeito, participante desse segmento? Quais as dificuldades da EJA na atualidade?

Esses artigos selecionados trouxeram uma discussão interessante a respeito da formação de professores, da prática pedagógica e das dificuldades encontradas para a formação de jovens e adultos, pois sempre aconteceram nos diversos espaços escolares. Antes de pensarmos no letramento, na alfabetização e na formação intelectual como um todo, devemos pensar nas pessoas humanas. A EJA representa qual público atualmente? São trabalhadores, negros em grande maioria, pobres, favelados, que buscam respeito, valorização humana e uma vida justa.

Falamos sobre os estudantes. Adiante, vamos pensar quem é o professor que atua na EJA no período da noite? É o professor que levanta às seis da manhã e trabalha nos três turnos para conseguir sustentar a sua família. Esse professor provavelmente chega esgotado para ministrar as suas aulas à noite – não é fácil ter um bom rendimento depois de dar aula no ensino regular para crianças e adolescentes e ainda ministrar aulas à noite para jovens e adultos. Por isso, a realidade dos profissionais que trabalham na EJA é tão difícil quanto a realidade de vida dos seus educandos. Conforme o professor Miguel Arroyo (2001):

A EJA nomeia os jovens e adultos pela sua realidade social: oprimidos, pobres, sem terra, sem teto, sem horizonte. Pode ser um retrocesso encobrir essa realidade brutal sob nomes mais nossos, de nosso discurso como escolares, como pesquisadores ou formuladores de políticas: repetentes, defasados, aceleráveis, analfabetos, candidatos a suplência, discriminados, empregáveis... Esses nomes escolares deixam de fora dimensões de sua condição humana que são fundamentais para as experiências de educação. (ARROYO, 2008. p.233)

Esse trecho que o professor Miguel Arroyo traz é muito duro, uma vez que reflete uma realidade difícil acerca dos educandos da EJA. Os profissionais de educação devem ser os incentivadores dos estudantes, pois os educandos precisam sair da condição de oprimidos para a de protagonistas de sua própria história dentro da sociedade brasileira.

4 RETRATO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A REALIDADE DA EJA

A preocupação com a formação específica para o professor que trabalha na EJA é significativa, o público exige muita atenção e muito conhecimento do professor. Antes do conhecimento teórico, o professor precisa ter uma formação humana sólida e uma sensibilidade condizente para estar em uma sala de EJA. Compreende-se que trabalhar com o Público da Educação de Jovens e Adultos é estar com os oprimidos da sociedade, é experienciar com pessoas que acham que não podem mudar a realidade na qual estão inseridos.

De modo complementar, um dos resultados significativos oriundos das pesquisas em formação docente é o que aponta os limites para o professor realizar uma atividade inovadora, além da já pontuada deficiência no domínio do conteúdo, são as ideias sobre ensino e aprendizagem adquiridas ao longo de sua formação, de modo não-reflexivo e naturalizado, escapando à crítica e tornando-se um potencial entrave para a mudança didática. (MELO, 2015.p.4)

Melo (2015) traz em seu texto essa crítica à atuação do professor sem a devida formação e limitado, não dando conta do conteúdo ou não tendo o domínio sobre o conteúdo ministrado em aulas. Independentemente de o professor lecionar para outros públicos, isso não invalida o conhecimento adquirido durante a formação profissional. O que pode ser questionado nesse caso é a metodologia aplicada nas aulas da EJA.

Nos cursos de licenciatura das academias, o que mais é debatido e pesquisado é a formação crítica e reflexiva, para levar esses debates para a sala de aula, no ensino regular, seja o público formado por crianças, adolescentes ou adultos. De acordo com Paula e Oliveira (2011, p.60), “[...] especificidades da formação, as questões mais contundentes que têm marcado o campo da EJA são aquelas que dizem respeito à organização do trabalho pedagógico, tendo por referência as experiências e a realidade dos educandos”. Então, juntamente com a formação do professor, o trabalho pedagógico deve acontecer com toda a comunidade escolar, para que as aulas sejam sempre voltadas para atender a necessidade do educando.

No artigo “O Educador de Jovens e Adultos e sua Formação”, de Leônicio Soares afirma que os números de formação inicial para a Educação de Jovens e Adultos são pequenos, porém crescentes. Os cursos de Pedagogia que ofertam essa formação em EJA são menores. Os cursos que os professores recebem são formações rápidas para atender às demandas da EJA. Além disso, o autor pensa que a formação de EJA deve ser continuada e mostra que apenas 1,59% dos cursos de Pedagogia oferece uma habilitação em EJA, conforme dados de 2005 do INEP.

De acordo com Leônicio (2006, p. 85), “a falta de profissionalização do educador de EJA é evidenciada, assim, pelos egressos, como o principal problema para uma inserção profissional específica”. Trabalhar com a EJA é trabalhar com as classes populares da sociedade. Ainda

segundo Leônicio (2006, p.86), “Há lugares que se baseiam na idéia de que ‘qualquer pessoa pode ensinar para jovens e adultos’, há outros que enxergam a habilitação como um requisito essencial e outros, ainda, que concebem que a formação inicial, apesar de seu valor, não é o preponderante para o trabalho.” O texto vai defender a formação para o professor da EJA, mostrando que é para além da formação inicial, já que a EJA tem concepções e demandas específicas. De acordo com Silva (2010, p 128), “(...) a modalidade de ensino da EJA constitui-se em um espaço educativo, formativo e socializador em que os conteúdos de aprendizagens escolares poderiam ser apenas os fios condutores.”

Agora, vamos fazer um breve resumo do texto “Formação de Professores e Educação de Jovens e Adultos: o formal e o real nas licenciaturas”, de Jaqueline Ventura e Maria Ines Bomfim. Este artigo defende, assim como o anterior, a formação inicial de professores, promovida pelos cursos de licenciatura, e os direitos à identidade da EJA, garantidos pela Constituição Federal. O texto tem como objetivo trabalhar a Educação de Jovens e Adultos desde a alfabetização até a profissionalização dos estudantes. As autoras Ventura e Bomfim (2013 p. 222) apontam “A vinculação da EJA aos subalternizados da sociedade, às frações mais empobrecidas da classe trabalhadora, excluídas até mesmo da estrutura dual do sistema escolar”. As autoras vão comparar o sistema regular de ensino com a EJA e perceber que o ensino na EJA é fragmentado. Outro ponto que chama a atenção é o público heterogêneo e os lugares de onde vêm os educando – muitos são da zona rural; outros da zona urbana; outros vivenciam o sistema prisional; e outros estão nas periferias das cidades brasileiras. Cada educando aqui tem um objetivo a ser conquistado com a Formação de Jovens e Adultos, e as autoras afirmam ainda que os educandos mostram a desigualdade social existente na sociedade. O objetivo do texto é, por fim, debater o lugar ocupado pela EJA na formação inicial, oferecida por cursos de licenciatura.

Embora as conquistas no plano formal sejam fundamentais, resultado da luta da sociedade brasileira, vários estudos têm destacado o silêncio existente nos cursos de licenciatura em relação à EJA, em que pese a complexidade dessa modalidade. Diante disso, nossa hipótese central é que a frágil situação da formação docente inicial em EJA, em nível superior, confunde-se com a da própria modalidade no Brasil. Alvo de metas modestas, políticas descontinuadas e fragmentadas, iniciativas focais e aligeiradas, a EJA traduz um projeto societário no qual a universalização da educação básica de qualidade para todos não é prioritária. (VENTURA E BOMFIM, 2013 p. 214)

Ademais, as autoras expõem a “fragilidade” que a educação de Jovens e Adultos tem apresentado e apresentam a ideia de que a Educação de Jovens e Adultos não ocupa lugar de destaque, não apenas nas propostas curriculares, mas também na produção científica e acadêmica. Existem poucas pesquisas que discutem a formação de professores para atuarem na

EJA. Para tanto, as autoras afirmam que uma formação inicial de professores gera ação autônoma e criativa, com o intuito de atender às condições sociais em que a EJA se inscreve.

O texto “Formação de Professores e Prática Docente na EJA: saberes conceituais, metodológicos e políticos”, de Ferdinando de Melo, fala sucintamente a respeito da formação inicial para os profissionais que fazem cursos de formação docente. O autor apresenta a necessidade da formação continuada para os professores que trabalham com o PROEJA no Campus do Instituto Federal Bahiano do campus de Catu. O texto nos chama a atenção para uma formação sólida, na qual a teoria e a prática cumpram seus papéis nas salas de aula – hoje, salas virtuais. Na perspectiva de Melo (2015, P. 18325), “Neste caso, são fundamentais: os saberes conceituais e metodológicos da área em que irá ensinar; os saberes integradores, que são relativos ao ensino dessa área; e os saberes pedagógicos.” Todos esses saberes devem estar articulados para que o processo de aprendizagem seja significativo, principalmente quando o público é da EJA. Melo (2015, P. 18325) traz em seu texto um ponto muito sério a respeito da importância sobre a formação dos professores para atuar no momento em que estamos vivenciando: “no plano legislativo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, regulamentadas pelo Parecer CNE/CP 009/2001, enumeram dificuldades para a melhoria da Educação Básica, algumas delas ligadas especificamente à prática dos professores.” Estas práticas estão descritas no CNE (Conselho Nacional de Educação):

Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento cultural; desenvolver práticas investigativas; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe. (BRASIL/CNE, 2001, p. 04 apud Melo, 2015).

Essas orientações trazidas pelo CNE são bastante relevantes e são apresentadas geralmente na academia, quando um professor está sendo formado. Não é possível que o fazer pedagógico e o labor do professor não sigam essas orientações e dos demais documentos oficiais que clareiam e ampliam a dimensão educacional. Melo também recorre à LDB (Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para falar das aparências legais para a formação do educando da EJA.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas,

consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2o O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3o A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1o Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2o Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996, P.30-31).

A LDB apresenta o que é assegurado ao estudante da EJA e como deve ser o proceder das aulas na escola, de uma maneira sucinta, em dois artigos, que são o 37 e o 38, já apresentados na situação acima, os quais asseguram os exames supletivos. Todos esses documentos oficiais são norteadores e trazem as garantias educacionais para os estudantes da EJA. Então, a formação de professores não deve se afastar dessas leituras e aplicações no fazer pedagógico diário. Segundo Melo (2015, P. 18334), “A formação de educadores que atuam na Educação de Jovens e Adultos tem como principal objetivo a melhora da qualidade de sua intervenção educativa e pedagógica”. É preciso haver espaços de formação para que haja discussões a respeito da execução das aulas em EJA, com mais significação para a realidade social em que a modalidade está inserida.

No documento “Políticas de EJA na Rede Estadual”, da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, há um belo texto (“romântico” inclusive) a versar sobre os direitos assegurados aos estudantes da EJA na Bahia:

Ante os princípios e as afirmações trazidas por esta política de educação, consideramos imprescindível destacar os compromissos que devem ser assumidos pelo Estado, de forma a assegurar o direito à Educação Básica para os sujeitos jovens e adultos:

1. Inserir a EJA no campo de Direitos Coletivos e de Responsabilidade Pública.
2. Assumir a Política de EJA na atual política do Estado, definida no documento Princípios e Eixos de Educação na Bahia.
3. Assegurar a EJA como oferta de educação pública de direitos para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas experiências de vida e de trabalho, garantindo as condições de acesso e permanência na EJA, como direito humano pleno que se efetiva ao longo da vida. 10
4. Fazer a opção político-pedagógica pela Educação Popular, pela Teoria Psicogenética que explica a construção do conhecimento, e pela Teoria Progressista / Freireana (à luz da visão do ser humano integral e inacabado). (BAHIA, 2009, p. 9 e 10)

Este é mais um recorte de um documento que prevê uma educação de qualidade para a EJA, “bebe na fonte” freireana e prevê o ingresso e permanência dos estudantes nas escolas baianas. Como conclusão, apontamos que os documentos oficiais já existem, falta, portanto, colocá-los em prática, não deixando escapar qualquer direito.

No texto “Formação de educadores de EJA: caminhos inovadores da prática docente”, os autores Antônio Amorim e Maria Luiza Ferreira Duques vão tratar da importância da formação de professores baianos que trabalham com a EJA. Eles asseguram que o sistema formativo para os professores em EJA está a cada dia mais escasso e limitado. Esta pesquisa foi realizada no estado da Bahia e contou com a participação de 14 educadores que atuam em EJA. Alguns professores desenvolviam trabalhos em áreas distintas da sua formação. Os autores também trazem um contexto histórico da formação de professores ao longo das décadas de desenvolvimento desta área e demonstram que os cursos de formação de professores sofreram mudanças da LDB em 1996.

Embora a estrutura dos cursos formativos tenha carregado as marcas de legislações anteriores por um período razoável, foi a partir da LDB de 1996 que os cursos de formação de professores começaram a sofrer modificações. Através dos seus artigos 62 e 63, a LDBEN de 1996 estipulou, para os professores da educação básica, a exigência de nível superior. (AMORIM E DUQUES, 2017 p. 231)

A partir desses dispositivos, os professores que atuavam na área, mas ainda não tinham um curso de nível superior (geralmente com formação no magistério), precisaram fazer um curso de nível superior para continuar com a prática docente. Na atualidade, raramente são encontrados docentes que não tenham pelo menos o nível superior. Para o cumprimento da LDB e os artigos 62 e 63, foi estabelecido um prazo de 10 anos, a fim de que as universidades organizem os cursos de formação de professores.

Nesse contexto, a formação na EJA, segundo os autores, tem buscado o aprofundamento de conhecimentos que buscam atender às demandas educacionais da atualidade, e procurado inserir as novas tecnologias para otimizar o campo de conhecimento, adequando-as às necessidades da sociedade atual. Neste contexto de pandemia, estamos tendo o auxílio das novas tecnologias para atender às demandas das aulas. Ao público da EJA, acompanhar essa nova estrutura educacional é muito importante, mas sabemos que é bastante difícil, se observarmos que os estudantes fazem parte de um grupo da sociedade no qual a condição financeira é delicada. Muitos estudantes podem não ter computador, um celular que comporte os aplicativos usados para realizar as aulas e talvez não tenham acesso à internet que suporte o tempo das aulas diárias. São demandas que precisam ser pensadas e revistas, com o intuito de que os estudantes não sejam prejudicados. De acordo com Arroio (2008. p. 227), “Não é a EJA

que ficou à margem ou paralela ao ensino nos cursos regulares, é a condição existencial do jovem e adultos que os condena a essa marginalidade e exclusão.”

Na perspectiva de Amorim e Duques, existem práticas docentes “desconexas” à necessidade do educando da EJA e isso se justifica pelo fato dos professores também atuarem no ensino regular. Eles defendem que os professores precisam ter um “conhecimento diferenciado”, pois o estudante da EJA tem necessidades específicas e vivem em uma realidade de vida desigual. Ainda segundo os autores, o professor precisa ter uma educação específica e continuada para atender de forma real e precisa à lacuna educacional do estudante da EJA. O aperfeiçoamento dos professores está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (BRASIL. 1996)

Apesar de a lei prever essa formação continuada, nem sempre acontece conforme a orientação, o que prejudica tanto o professor quanto o estudante. No início do ano letivo, geralmente acontecem as jornadas pedagógicas e durante o ano as reuniões pedagógicas nas escolas, que são momentos de formação.

O professor também precisa ter a sensibilidade na aplicação das suas aulas, na sua prática diária, para saber além do conteúdo programático, o que os alunos têm necessidade de aprender e estar aberto a trocar conhecimentos com os seus estudantes, pois o aprendizado é uma via de mão dupla, quem ensina também aprende. De acordo com Pimenta (1995):

A essência da atividade (prática) do professor é o ensino-aprendizagem. Ou seja, é o conhecimento técnico prático de como garantir que a aprendizagem se realize em sequência da atividade de ensinar. Envolve, portanto, o conhecimento do objetivo, o estabelecimento de finalidades e a intervenção no objeto para que a realidade seja transformada enquanto realidade social. Isto é, a aprendizagem precisa ser compreendida enquanto determinada por uma realidade histórico social. (PIMENTA, 1995, p.61)

Pimenta ilustra muito bem a essência do ensino-aprendizagem e a finalidade dessa atividade prática, que está voltada para a realidade social na qual o estudante está inserido. O

professor também precisa refletir continuamente a sua prática para que ela se torne mais próxima da realidade de sua sala de aula.

Nos resultados da pesquisa de Amorim e Duques, o que mais ficou evidente foi a necessidade de a formação continuada repensar a prática docente em EJA e a escassez de estudos relacionados à EJA, que são o apoio para o planejamento da prática.

Diante dos textos analisados, foi possível perceber a necessidade da formação inicial nos cursos de formação de professores. Estes autores pesquisados revelam que essa porcentagem ainda é muito pequena, porém crescente, o que nos deixa mais animados. Os autores também acreditam que a formação continuada para a EJA é fundamental.

Percebemos que a escola e o corpo docente como um todo precisam repensar a sua prática para atuar na sala de EJA, pois o que dá certo nas aulas dos adolescentes e crianças, provavelmente não vai funcionar com adultos que têm outras demandas e necessidades de vida, e o professor deve ser o facilitador no espaço escolar.

Durante essa pesquisa, também foi possível perceber o quanto a EJA é deixada de lado, não é valorizada como deveria e fica num estado de “adormecimento”. Também foi possível repensar o perfil do professor que trabalha em EJA, que geramente é o profissional que trabalha com crianças e adolescentes durante o dia e atua na EJA à noite, e, talvez, involuntariamente, não reflita acerca do currículo que precisa ser trabalhado nesta modalidade.

Por fim, revisitamos alguns documentos oficiais da educação que garantem a modalidade de ensino da EJA, em um nível de qualidade muito significativo, mas na verdade ainda não é cumprido em sua totalidade. Pensamos quem é o estudante de EJA, a que classe social ele pertence e os motivos para acessar essa modalidade de ensino. Compreendemos que o perfil do estudante da EJA é: o trabalhador, o desempregado, a mãe de família, o esquecido pela sociedade – o oprimido a buscar seu “lugar ao sol”, dentro de uma sociedade que não é igualitária. Esses são os resultados e reflexões acerca da formação de professores e da realidade do estudante da EJA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos da formação inicial para os professores que trabalham na EJA, começamos a perceber o quanto a problemática e as dificuldades para atender a esse grupo profissional são nítidas. Como foi dito no decorrer do texto, os documentos nacionais e oficiais amparam perante a lei o pleno funcionamento da Educação de Jovens e Adultos, mas

infelizmente a prática diária nas escolas ou nos tantos outros espaços que a EJA funciona é bem diferente. Pensando a respeito dos espaços educacionais, a EJA, assim como os demais seguimentos educacionais, deve funcionar de forma remota neste período pandêmico, o que pode gerar ainda mais dificuldades, pois tanto professores quanto estudantes precisam de acesso à internet, além de aparelho celular, tablet ou computador. Esses aparelhos são caros e nem todos os estudantes têm condições econômicas ajustadas à essa demanda.

Apesar de toda a dificuldade que o profissional da educação enfrenta para ministrar as aulas na EJA, é muito importante atuar com profissionalismo, para que as pessoas que não puderam concluir a formação na idade certa tenham uma oportunidade de dar continuidade aos estudos. Acreditar na educação é acreditar na pessoa humana. Devemos continuar acreditando nesta modalidade de ensino. Sabemos que não é fácil para os docentes e muito menos para os educandos, pois na maioria das vezes os professores e alunos trabalham durante todo o dia e reservam ainda energia para que os encontros educacionais aconteçam diariamente, a proporcionar trocas de saberes e aprendizagens entre eles.

Pensando na qualidade de ensino e na dinamização das aulas, é essencial que os professores estejam aptos e em formação específica na EJA. Sabemos que a formação deve ser contínua, uma vez que sempre há algo novo para aprender e aperfeiçoar na prática educacional. Sabemos que as formações continuadas para a EJA são mais escassas, assim como os trabalhos científicos na referida área educacional, contudo, os docentes e toda a equipe educacional das escolas não devem desanimar perante os dificuldades, pois, para muitos educandos da EJA, a esperança de uma vida melhor e mais igualitária está na educação. A educação ainda é a chance do oprimido pela sociedade conseguir conquistar os seus objetivos e galgar uma realidade mais justa e saudável.

REFERÊNCIAS

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 20 dez. 1996.

Amorim, A., & Duques, M. L. F. (2017). **Formação de educadores de EJA: caminhos inovadores da prática docente**. *Educação*, 40(2), 228-239. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.2.22483>

ARROYO, M. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e Cidadania: Revista de educação de jovens e adultos**, v.11, p. 9-20, 2001.

ARROYO, M. **Construção Coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos.** -2.ed.- Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2008.

BAHIA. **Política de EJA da Rede Estadual.** Bahia, 2009. Disponível em <http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/Politica-da-EJA-2009.pdf> Acessado em 26.02.2021, as 22h00.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996.

BRASIL. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Documento Base.** Brasília: MEC/SETEC, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/proeja> Acessado em 10.02.2021, as 19h19min.

CAPUCHO, Vera. **Educação de jovens e adultos práticas pedagógicas e fortalecimento da cidadania.** São Paulo. Cortez, 2012.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Educacionais/encceja, 2002. Brasília: MEC, 2020. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/encceja> Acessado em 09/02/21, as 19h19min.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FRIEDRICH et.al. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais.** Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

HANCOCK, Beverley. **An introduction to qualitative research.** Nottingham: Division of General Practice University of Nottingham/Trent Focus Group, 2002.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). EJA, 2019. Brasília: MEC, 2019. http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos-cai-3-3-milhoes-de-estudantes-na-eja-em-2019/21206. Acessado em 09/02/21, as 19h19min.

MELO, Ferdinando Santos. **Formação de Professores e Prática Docente na EJA: saberes conceituais, metodológicos e políticos.** V Seminário Internaional Sobre profissionalização Docente-SIPDO- atedra UNESCO. 2015. https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18866_8545.pdf Acessado em 15/03/21, as 19h50min

PAULA, C. R; Oliveira, M. C. **Educação de Jovens e adultos: a educação ao longo da vida.** Curitiba: Ibpx, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática?** Cad. Pesq., São Paulo, n. 94, P 58-73, ago. 1995.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.**15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SILVA, Natalino Neves da. **Juventude Negra na EJA: o direito à diferença**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

SOARES, Leôncio. **O educador de jovens e adultos e sua formação**. Educ. rev. [online]. 2008, n.47, pp.83-100. ISSN 1982-6621. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982008000100005&script=sci_abstract&tlng=pt Acessado em 05/02/21, as 20h19min.

STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

VENTURA, Jaqueline and BOMFIM, Maria Inês. **Formação de professores e educação de jovens e adultos: o formal e o real nas licenciaturas**. Educ. rev. [online]. 2015, vol.31, n.2, pp.211-227. ISSN 1982-6621. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010246982015000200211&script=sci_abstract&tlng=pt Acessado em 15/01/21, as 18h10min.

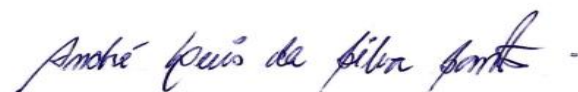


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO (PRPGI)
Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Formação Docente e Práticas
Pedagógicas- CAMPUS JEQUIÉ:
ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 19:00 horas do dia 01 de junho de 2021, reuniu-se na sala de reunião do Google Meet do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, campus Jequié, a Banca Examinadora para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado " A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A PRÁTICA DOCENTE NA EJA " da discente Amanda Silva Cardoso composta pelos professores Me. André Luis da Silva Santos (Orientador/IFBA Campus Jequié), Dra. Elane Nardotto Rios, Me. Verena Santos Andrade Ferreira (Membros Examinadores), para a sessão de defesa pública do referido trabalho, requisito para a obtenção do Grau de Especialista em Formação Docente e Práticas Pedagógicas. Abrindo a sessão, o orientador e Presidente da Banca, Prof. André Luis da Silva Santos, após cumprimentar e agradecer, passou a palavra à discente para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se as contribuições proferidas pelos membros da Banca. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença do discente e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A aluna foi considerada APROVADA por unanimidade, pelos membros da Banca Examinadora, tendo sido atribuída nota 8,0 (oito) ao seu TCC. O resultado foi então comunicado publicamente ao aluno pelo Presidente da Banca. Foi concedido o prazo máximo de 30 (trinta) dias para o discente efetuar as correções sugeridas pela Banca Examinadora e apresentar o trabalho em sua redação definitiva, sob pena de não expedição do Diploma. E, para constar, foi lavrada a presente ata e assinada pelos membros da Banca para fins de produção de seus efeitos legais. Nada mais havendo a tratar, o(a) Presidente da Banca Examinadora deu por encerrado o julgamento que teve por conteúdo o teor desta Ata.

Jequié -BA, 01 de junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Mestre André Luis da Silva Santos – Orientador e Presidente da Banca Examinadora Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- campus Jequié.

Dra. Elane Nardotto Rios - Avaliadora

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- campus Jequié



Verena Santos Andrade Ferreira

Mestra Verena Santos Andrade Ferreira - Avaliadora

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - campus Jequié